Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

ENSINO

Novo PNE detalha ações para metas de educação

Nova versão do Plano Nacional esmiúça e padroniza informações para que sejam atendidos os objetivos do aprimoramento, em 10 anos, na formação de estudantes. Texto deve ser apresentado pelo ministro Camilo Santana, amanhã, na Câmara

» MAYARA SOUTO

A nova proposta para o Plano Nacional de Educação (PNE), elaborada pelo Ministério da Educação, esmiúça e padroniza as ações para que as metas de aprimoramento educacional nos 10 anos seguintes sejam atingidas. Isso porque, no programa atual — cuja vigência expira hoje —, as 20 metas estabelecidas em 2014 eram abrangentes e deixavam com os estados e municípios o detalhamento para sua implementação. O **Correio** teve acesso ao texto do novo PNE, que deve ser apresentado ao Congresso amanhã.

Ao todo, a normativa estabelece 18 objetivos a serem alcançados por meio de 58 metas, que estabelecem prazos menores e itens mais específicos para se alcançar um propósito maior **(veja no quadro ao lado)**. É o caso, por exemplo, da alfabetização. O PNE atual diz que todas as crianças devem ser alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental. Na atualização que será apresentada pelo ministro da Educação, Camilo Santana, a previsão é de que, nos cinco primeiros anos, 75% das crianças estejam alfabetizadas no final do segundo ano do fundamental — e que a porcentagem cresça para 100% até o fim da década. Atualmente, o país tem índice de alfabetização em 97%, o que representa que ainda há 11,4 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever — o equivalente à população da cidade de São Paulo.

Outro ponto em que o novo PNE esmiúça é a educação em tempo integral. O texto define a carga horária de aulas da modalidade para sete horas diárias ou 35 horas semanais, algo que até agora não estava definido. A versão atualizada do plano aumentará para 55% o número de escolas públicas que oferecem a modalidade (era 50%), e para 40% o percentual de estudantes da Educação Básica até o fim do novo plano (era 25%).

Conectividade

Além disso, é incluído no ensino integral um tópico sobre conectividade nas escolas, que garante internet de alta velocidade em metade das escolas públicas da Educação Básica até o quinto ano do novo plano — esse percentual deve ser de 100% em 10 anos. Os estudantes também deverão ter uma formação em educação digital, que deve alcançar ao menos 60% dos alunos. De acordo com o governo, a intenção da modalidade na nova versão do PNE é ir além do maior número de horas na escola e alcançar o "desenvolvimento pleno dos estudantes".

A garantia da qualidade educacional, que aparece em vários objetivos e, em especial, na Educação Básica, é outro detalhamento do novo PNE. Na versão atual, a meta era mais genérica — diz apenas sobre "fomentar a qualidade da Educação Básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e aprendizagem para atingir as médias nacionais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)". O resultado do último Ideb, em 2021, mostrou que o ensino fundamental inicial estava com nota 5,8 (média 6), o fundamental nos anos finais aparecia com 5,1 (média 5,5) e 4,2 no ensino médio (média 5,2).

Agora, uma série de itens compõe o objetivo de melhorar a aprendizagem no ensino fundamental e médio. Entre eles, estão assegurar o nível adequado de aprendizagem, em cinco anos, de 70% dos estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental; de 65% dos anos finais do fundamental; e de 60% para o ensino médio. Ao final do plano, todos percentuais devem ser 100%. A redução das desigualdades de aprendizagem na Educação Básica, considerando raça, sexo, classe e região do país, também está definida no novo PNE.

Balanço

A especialista em educação Sonia Dias, gerente de Desenvolvimento e Soluções do Itaú Social, considera positivo o detalhamento que é realizado no novo PNE. "O PNE era mais abrangente com a expectativa de que os planos estaduais e municipais pudessem definir melhor as metas, a partir de seu contexto", observa.

Mas as diferentes realidades entre as unidades da Federação e entre os municípios para atingir as metas se mostrou um problema. "O plano foi feito em um período em que estávamos num avanço progressivo. Tinha expectativa de continuidade e colocamos a régua mais alta. A gente tinha, em 2014, outro momento. Então, foram projetadas metas que, à época, se entendiam como ambiciosas, mas necessárias. Aí temos a crise econômica e a pandemia", lembra.

O balanço do cumprimento das metas do PNE até 2023, feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, mostrou que apenas três das 20 metas do plano foram cumpridas. O relatório aponta série de retrocessos do governo Jair Bolsonaro que pode explicar a não conclusão do plano. "O PNE não está sendo cumprido. No lugar dele, é colocada uma série de políticas públicas que vai à contramão do que ele preconiza: políticas discriminatórias, excludentes, de censura, e de esvaziamento da escola como lugar vivo, democrático, transformador e livre", diz o balanço.

Heleno Araújo, coordenador do Fórum Nacional da Educação, salienta que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16 limitou o investimento em educação. "Para alcançar as metas (do PNE), tem que dar as condições. O Custo Aluno Qualidade, por exemplo, não foi regulamentado até hoje", explica, citando o valor mínimo que o poder público deve investir por aluno para que haja uma educação de qualidade.

O novo PNE deve ser apresentado ao Congresso amanhã. "A expectativa é de que se possa criar uma comissão especial para debater profundamente o PNE. A ideia é fazer um debate puramente técnico", explica o deputado Rafael Brito (MDB–AL), presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação.

Apesar de expirar hoje, o PNE atual deve ser prorrogado até dezembro de 2025.

Rumos para a melhorar a formação

A versão atual do Plano Nacional da Educação (PNE), de 2014, expira hoje. Uma atualização do plano foi elaborada pelo Ministério da Educação (MEC) e será apresentada, nos próximos dias, ao Congresso

Pacífico/CB/D.A Press

COMPARAÇÃO ENTRE ALGUMAS METAS DOS PNES

PNE 2014	PNE 2024
Eixo temático: Alfabetização	
Alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental. De acordo com a pesquisa Alfabetiza Brasil, em 2021, 56,4% dos alunos foram considerados não alfabetizados ao final do 2º ano do fundamental.	Alfabetizar 75% das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental, em cinco anos, e alcançar 100% em até 10 anos.
Eixo temático: Educação Infantil	
Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro e cinco anos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, havia 91% das crianças na pré-escola em 2016 e, em 2022, 93%. E ampliar a oferta de creches para atender, no mínimo, a 50% das crianças de até três anos até o final da vigência do PNE.	Universalizar a pré-escola para crianças de quatro e cinco anos de idade até o terceiro ano do PNE. E fornecer, ao menos, 60% de acesso a creches para crianças de até três anos.
Eixo temático: Ensino Fundamental e Médio	
Universalizar o acesso ao ensino fundamental para toda população de seis a 14 anos, até o final do plano, e ao ensino médio para toda população de 15 a 17 anos até 2016.	Universalizar o acesso ao ensino fundamental e médio para crianças e jovens de seis a 17 anos até o final da vigência do plano. E reduzir a desigualdade nos ensinos fundamental e médio entre raça, sexo, nível socioeconômico e região.
Eixo temático: Educação Integral	
Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender a 25% dos estudantes da Educação Básica.	Aumentar a educação em tempo integral para 55% das escolas públicas para atender a 40% dos alunos da Educação Básica.
Eixo temático: Educação Profissional e Tecnológica	
Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio e garantir, pelo menos, 50% da expansão no segmento público. Oferecer 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos nos ensinos fundamental e médio, de forma integrada à educação profissional. Em 2022, o percentual era de apenas 3,5%.	Expandir as matrículas da educação profissional técnica de nível médio para atingir 50% dos estudantes matriculados no ensino médio, sendo pelo menos metade da expansão em escolas públicas.

PNE 2014	PNE 2024
Eixo temático: Educação Superior	
Elevar a taxa de matrícula na Educação Superior para 33% da população de 18 a 24 anos. Segundo a Pnad Contínua, o percentual era de 25% em 2022. Ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente, em exercício, no sistema de Educação Superior para 75%, sendo, no mínimo, 35% doutores. Em 2020, de acordo com o Censo Escolar de Educação, esses percentuais já tinham atingido 83% e 48%, respectivamente.	Elevar para 40% o percentual da população de 18 a 24 anos com acesso à graduação, reduzindo as desigualdades entre os grupos sociais. Ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente, em efetivo exercício na Educação Superior, para 95%, sendo pelo menos 70% de doutores.
Eixo temático: Diversidade e Inclusão	
Universalizar, para a população de quatro a 17 anos com deficiência, transtornos de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado.	Universalizar, para a população de quatro a 17 anos com deficiência, transtornos de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado. E ampliar o acesso das crianças e estudantes da pré-escola, fundamental e médio com base nas diretrizes de educação escolar indígena, quilombola e do campo.
Eixo temático: Estrutura e funcionamento da educação básica	
Ampliar o investimento público em educação pública, de maneira a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em cinco anos e de 10% ao final do decênio. Até 2020, apenas 5,4% do PIB estavam sendo destinados à educação. Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica até o último ano de vigência do PNE. Até 2021, o percentual era de 45%.	Ampliar o investimento público em educação, de modo a atingir o equivalente a 7% do PIB até o 6º ano de vigência do plano e 10% até o fim do decênio. Formar, em nível de pós-graduação, 70% dos docentes da Educação Básica em cursos reconhecidos e avaliados pelo MEC.

Fonte: Planos nacionais de Educação de 2014, de 2024 e balanço do PNE até 2023 feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.